

ECOFEMINISMO E COMUNIDADES INDÍGENAS: RUMO À CULTURA DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E RECONHECIMENTO DAS IDENTIDADES LOCAIS PARA ENFRENTAMENTO DAS CRISES GLOBAIS

1. Bárbara Nascimento Flores

1. Doutora pelo

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente/PRODEMA da Universidade

Estadual de Santa Cruz/UESC-Ilhéus/BA. E-mail:

barbaranflores@yahoo.com.br

Resumo

O movimento ecofeminista sustenta que a defesa do meio ambiente deve constituir parte essencial do movimento feminista. Esta pesquisa tem como foco a análise da organização e dinâmica de comunidades indígenas por meio de indicadores de sustentabilidade ambiental nas dimensões social, econômica e ecológica. Parte-se do pressuposto de que os princípios do ecofeminismo possuem relação com a conservação do meio ambiente local. Os resultados confirmam, em grande parte, os pressupostos da pesquisa, de que as comunidades indígenas pesquisadas apresentam alternativas de organização social de baixo impacto ambiental que estão altamente relacionadas com práticas ecofeministas e fortalecem a necessidade do reconhecimento da identidade local para que existam possibilidades de soluções em termos da relação entre sociedade e natureza.

Palavras-chave: Indicadores de sustentabilidade. Identidade. Gênero.

Introdução

Acredita-se que as recentes crises sociais com diferentes facetas que enfrentamos na atualidade, agravadas pela pandemia do COVID-19 estão nos trazendo reflexões e questionamentos que nos colocam diante de uma urgente revisão e reestruturação da civilização planetária, dada a interconexão e interdependência de todos os fenômenos. Os movimentos sociais atuais, especialmente de mulheres e de povos oprimidos ao longo da História, estão impulsionando o movimento para se estabelecer o Bem-Viver como alternativa de organização social no Brasil e no mundo, a partir do fortalecimento das identidades locais e da busca pela justiça social, fraternidade econômica e sustentabilidade ambiental como elementos norteadores da construção da sociedade com novos paradigmas de cooperação, partilha, respeito, cuidado, parceria e trabalhos em rede.

Todos os atuais acontecimentos (escândalos de corrupção, ascensão do fascismo, racismo, feminicídio, crimes ambientais de grandes proporções, caos nos sistemas públicos de saúde, ataques e extermínio às populações indígenas, dentre outros), foram agravados junto com a pandemia, que apesar de não serem acontecimentos recentes, tomaram grandes proporções, pois mostra que a sociedade como um todo está impregnada de valores de dominação e colonização que já não nos cabem mais. Demonstrando que uma nova sociedade deve nascer, uma nova sociedade que olha para o seu passado, honra aqueles que vieram antes e suas lutas, faz as correções e reparações que forem necessárias e cabíveis para darmos continuidade ao projeto civilizatório sem comprometer as atuais populações que estão em vulnerabilidade, assim como a capacidade de satisfação das necessidades das futuras gerações.

Ress (2006) ressalta que a opressão da mulher e dos povos e a destruição do planeta não são fenômenos isolados, são formas da mesma violência. King (1997), por sua vez, diz que,

para a maior parte das mulheres do mundo e dos povos ligados à terra, o interesse na preservação da terra, da água, do ar e da energia não é apenas uma abstração, ou pelo conservacionismo, mas sim uma clara parte do esforço para simplesmente sobreviver.

Conferências, fóruns e outros eventos em torno da temática socioambiental têm ocupado lugares de destaque nas pautas governamentais das últimas décadas, principalmente a partir da ECO-Rio 92 – Conferência Internacional de Meio Ambiente que aconteceu na cidade do Rio de Janeiro em 1992, e marcou o crescimento da tomada de consciência da necessidade de gerir melhor o planeta e as relações norte-sul por meio do desenvolvimento sustentável. Não por acaso, neste mesmo evento foi criado o “Planeta Fêmea” - um espaço de reflexão das mulheres sob a influência das ideias ecofeministas propiciadas por Vandana Shiva, Maria Mies, Carolyn Merchant e outras redes e organizações sociais.

Contudo, no evento da Rio + 20, conforme boletins gerados pelo movimento AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras - concluiu-se que as evidências trazidas pelo novo século, e a soma de reflexões acumuladas neste último período, desde a Eco92, em torno dos impactos das mudanças climáticas e à problemática da relação com o ambiente e os componentes naturais – tais como contaminação das águas, solos e alimentos, o avanço da transgenia, a sobre-exploração dos bens comuns, etc. – foram colocando a imperiosa necessidade de repensar a relação das mulheres e do feminismo com a “natureza” (RODRIGUEZ, 2012). Já que a contaminação ambiental afeta não só, mas principalmente a vida e diretamente os corpos das mulheres por estarem mais em contato com os ambientes, devido às estruturas sociais e, também pela própria constituição corporal que faz com que as mulheres absorvam e armazenem substâncias tóxicas e cancerígenas em seu organismo (PULEO, 2011).

Vários questionamentos me motivaram a investigar as relações entre pressupostos do ecofeminismo com indicadores de sustentabilidade ambiental em comunidades, considerando as dimensões natural e socioeconômica do ambiente. A dimensão natural, porque é ela que nos circunda, nos abriga e nos oferece as bases materiais de sobrevivência: o ar que respiramos, a água que bebemos, o solo em que plantamos e colhemos, o chão em que pisamos. A dimensão social, porque uma comunidade não subsiste sem que nela se desenvolvam condições mínimas de convivência entre os humanos e destes com a natureza. A dimensão econômica, porque nenhum indivíduo ou comunidade sobrevive sem que nela se criem condições mínimas de reprodução da vida material. São, pois, três pilares indispensáveis que se complementam e interconectam para que se possa pensar na sustentabilidade do meio ambiente de uma comunidade, constituído por seres bióticos, abióticos e antrópicos.

Como respaldo para identificar os pontos de intercessão que nortearam esta investigação, levaram-se em consideração as conexões entre os aspectos teóricos e práticos que caracterizam o ecofeminismo e as lutas e preceitos gerais de comunidades indígenas. Foram abordadas as diversas contribuições do ecofeminismo no sentido de questionar e propor valores que condizem com a construção de relações respeitadas entre os seres humanos e destes para com o seu meio, tendo como foco de análise o local.

Num momento histórico em que o mundo precisa de novos atores e novas alianças para assumir a responsabilidade com o cuidado da vida no planeta e a mudança do paradigma civilizatório, o ecofeminismo – junto com outros pensamentos que reflitam sobre a diversidade e a pluriculturalidade – se perfila como um conceito que nos instiga a atualizar o feminismo às demandas e desafios contemporâneos.

Referencial Teórico

Ancestralidade, Mulheres e Bem-Viver

Desde sempre, na História oficial e não oficial, os povos ligados à Terra impulsionados pela força das mulheres, lutam pela vida em sua mais intrínseca concepção. Lutam por sua própria sobrevivência, pela garantia, sobrevivência de seus modos de vida e territórios ancestrais, de suas formas de expressão e, principalmente, pela possibilidade de existência dos que estão por vir. A confiança de que o passado que envolve a ancestralidade ainda está vivo e presente no sangue que corre nas veias dos que existem no agora é o principal motivo de saber, enquanto povo, que a ligação entre passado e futuro é a força propulsora do presente. Por isso, para os povos da Terra, as ações da geração presente estão voltadas para manterem a sobrevivência das próximas, que são os elos vivos dos que já se foram. Estes ensinamentos estão presentes na oralidade e nas histórias contadas de formas diversas pelos povos e culturas tradicionais do Brasil e do mundo.

Em seu trabalho de investigação Morales (2008) afirma que a educação ameríndia como uma dimensão educativa cotidiana na realidade destas comunidades se enraíza e fundamenta na relação com os ancestrais, na relação com a natureza, na cultura, na coletividade e na vivência simbólica, mantendo uma lógica, uma estrutura e uma proposta própria, que não está nem pensada, nem estruturada com os parâmetros e padrões filosóficos e lógicos da cultura ocidental de matriz europeia.

Estes povos, cada um com sua própria maneira de manifestar a existência e sua ligação com o ambiente que os cerca, compartilham da sabedoria de que nós seres humanos somos uma parte, dividida em muitas partes que formam a grande composição do organismo vivo que é o Planeta Terra, que através das eras tem mostrado a natureza cíclica pela qual navegamos como simples tripulantes à mercê do inesperado.

Somos a continuação de um fio que nasceu há muito tempo atrás... Vindo de outros lugares... Iniciado por outras pessoas... Completado, remendado, costurado e... Continuado por nós. De forma mais simples, poderíamos dizer que temos uma ancestralidade, um passado, uma tradição que precisa ser continuada, costurada, bricolada todo dia. – (Munduruku, 2002, pg 41).

O chamado para abraçar a ancestralidade e nutrir o lado materno que compõe nossa árvore genealógica são atos revolucionários nos tempos atuais, já que, o Brasil e a América Latina como um todo foram construídos a partir de uma miscigenação forçada entre homens brancos colonizadores, homens e mulheres negras escravizadas advindos do continente Africano e principalmente mulheres indígenas nativas americanas. Esta miscigenação, que a princípio, nos é apresentada como natural e orgânica, teve e ainda tem o intuito de apagar a memória e a identidade das culturas locais e forjar uma identidade “branca” da sociedade hegemônica brasileira. Mulheres foram sequestradas de suas aldeias e obrigadas, após passarem por diversos tipos de abusos físicos e psicológicos, a assimilarem a cultura hegemônica imposta pelos colonizadores que aqui chegaram. Tiveram suas histórias apagadas, privando-as do contato com seus familiares, com sua cultura e seu próprio idioma. Além de privar dos descendentes, o conhecimento de sua linhagem. Estes fatos estão marcados na minha história genealógica, assim como na história de muitos brasileiros.

O problema da identidade nacional no Brasil é um tema recorrente que, de tempos em tempos, vem à tona, seja através da arte, seja através da manifestação de grupos reivindicando algo de seu que tenha sido esquecido pelo discurso instituído. Ortiz (2008) diz que não foram

poucos os elementos que ficaram de fora desse discurso, pois é longa a busca de uma completude do vazio, de uma identidade que sirva ao cidadão nacional como sendo a mais completa possível. Afirma ainda que a identidade de um Brasil que não olha para dentro de si, que não encara os indígenas como raiz da nacionalidade, que está ancorada no longínquo mar português, não poderia, realmente, estar completa.

E como não seria recorrente o tema se, como sabemos, a identidade do Novo Mundo, por séculos, não foi mais que um modelo baseado na figura do colonizador, branco e europeu? Como seria completa uma identidade que não tem em si a participação fundamental do negro na constituição da sua história? E ainda, como ter identidade nacional quando não se reconhece a base dessa nacionalidade em seus nativos? (ORTIZ, 2008, pg 157)

Ailton Krenak (2018), filósofo, historiador e escritor indígena afirma que é um mito totalmente absurdo dizer que indígenas, negros que foram agarrados na África e os brancos, que em alguns casos vieram sem saber para onde estavam indo, constituem a base da nossa civilização. Declara que é uma negação dos conflitos profundos que marcaram esses desencontros de povos e que naturalizar o encontro dos indígenas com os negros nos quilombos como um evento que emerge como uma representação da força, da aliança natural desses povos contra o opressor é uma mistificação também, porque quando os negros e indígenas constituíram alianças em algumas situações de quilombo eles eram uma capacidade tão grande de alteridade, as identidades estavam claras que não tinha nenhum pote formando aquela ideia de colocar todos num caldeirão e tirar dali um estrato. Então, para Krenak (2018) as pessoas sabiam que não eram “matéria prima”, mas seres humanos com biografias, vidas e histórias, que suas sociedades tinham trajetórias próprias, tinham uma aliança circunstancial contra o opressor, mas eles não estavam criando uma nova civilização.

Krenak (2018) continua dizendo que da mesma maneira que o povo indígena é reanimado pelo contato com os parentes que ainda vivem em condições favoráveis na floresta, esses visitantes que vêm da África também reanimam o pensamento de muitos pensadores negros aqui no Brasil, sobre quem nós somos. Para ele, no caso dos povos indígenas, a memória continuada tem que visitar um lugar que insistem em chamar de mito, mas que as narrativas míticas anunciam coisas que os indígenas viveram, reconhecidas como história. Então, uma luta constante para alargar o espaço do exercício da cidadania brasileira, é que se possa também alcançar a ideia de “florestania”, para contrapor a ideia de que ser cidadão é somente construir cidades, ter rua asfaltada, água canalizada, saneamento, “quadrinhos”, condomínios, conjuntos, propriedades privadas, serviços, segurança, polícia, saúde, hospital. Um exercício cidadão dentro da floresta seria com a defesa dos territórios, da floresta, da biodiversidade, da capacidade dos povos de se articularem e se moverem em amplos espaços, que não têm que ser na cidade. O autor afirma que a “florestania” é uma ótima maneira de colocar em questão se as cidades é mesmo o melhor lugar para as pessoas cooperarem umas com as outras, reproduzir vida e cultura, ou se elas são só consumidores de energia, inclusive de recursos naturais.

O mundo globalizado, tal qual, como está sendo construído está saturado e precisa buscar novas referências nos imaginários - na África, nas florestas, aldeias, dentre outros. O trecho acima, nos coloca diante de uma série de problemas acerca da temática da identidade. O principal deles é entender a relação que se estabelece entre identidade nacional e identidades étnicas. O termo índio, por exemplo, não é aceito pelo autor, é entendido como imposição, como forma de homogeneizar e suprimir as especificidades das centenas de nações que habitavam o território (FUNES, 2006).

Os aspectos indígenas e negros da composição histórica e genética do povo brasileiro foram e ainda são subjugados e deixados no obscurantismo da cultura. A sociedade hegemônica, patriarcal e capitalista, tenta dominar outras sociedades a fim de manter sua hegemonia e privilégios. Em contra partida, o que deve se instaurar cada vez mais, é a convivência com a diversidade. Diversidade presente em todos os âmbitos, nos variados povos habitantes deste território que costuma ser chamado de Brasil e América, nas políticas, nas ideologias, religiões, manifestações culturais, classes, raças e gêneros. Shiva (1995) alerta que a principal ameaça à vida em meio à diversidade deriva do hábito de pensarmos em termos de monoculturas, que ela chama de “monoculturas da mente”. As monoculturas da mente, para a autora, fazem a diversidade desaparecer da percepção e, conseqüentemente, do mundo. Adotar a diversidade como uma forma de pensar, como um contexto de ação, permite o surgimento de muitas opções.

Esta diversidade deve guiar a voz de todos para buscar soluções sistêmicas em todas as frentes de luta e movimentos sociais na construção de um novo modelo de sociedade baseado no Bem-Viver. O conceito de Bem-Viver vem sendo construído e ganhando notoriedade na medida em que as conseqüências e impactos negativos do avanço do capital se instalam principalmente na América Latina, trazendo a necessidade de se pensar em um modelo de sociedade mais inclusivo e que respeite a natureza, baseado em cosmovisões dos povos originários ou, pelo menos, levando em consideração a visão de mundo deles. O bem-viver teria um complexo de significados, como vida plena, vida harmoniosa, vida inclusiva e saber viver, cujos elementos centrais seriam sua visão do “Todo” (sistêmica), a convivência na multipolaridade, a busca de equilíbrios, a complementariedade da diversidade e a descolonização (SOLÓN, 2019).

De acordo com a FUNAI (2013), somente no Brasil, existem 896 mil pessoas que se declararam ou se consideram indígenas, distribuídas em 305 etnias cada uma com sua própria maneira de manifestar e expressar sua cultura e visão de mundo, falando 274 línguas diferentes. Os dados têm como base o Censo 2010. Estima-se que cerca de 4,5 milhões de pessoas fazem parte de comunidades tradicionais atualmente no Brasil, ocupando 25% do território nacional, representados, entre outros, por: Comunidades ou Populações Tradicionais. Somando-se a estas populações tradicionais temos em nosso território brasileiro comunidades tradicionais ribeirinhas, quilombolas, pesqueiras, marisqueiras, comunidades de pequenos agricultores familiares, dentre outras.

Povos e Comunidades Tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (DECRETO FEDERAL nº. 6.040 de 7 de fevereiro de 2000).

Mesmo que, em muitos casos, as pessoas não se identifiquem como indígenas e negras, por diferentes motivos, seja por causa do racismo estrutural, ou por identificação cultural, a grande maioria dos brasileiros mesmo morando nas grandes cidades possuem suas raízes ancestrais nestes povos. A cultura e as identidades enraizadas na ancestralidade precedem a qualquer dinâmica de desenvolvimento local, para as comunidades tradicionais, por exemplo, a arte, o artesanato, os ritos, entre outros valores que permeiam suas dinâmicas comunitárias cotidianas constituem patrimônio cultural, que, por intermédio dos fazeres e saberes, se perpetuam ao longo do tempo, configurando o sentimento de pertencimento com relação ao local (ARAÚJO et al., 2017). Dessa forma, o local, quando encontra e assume a sua

identidade, potencializa-se como alternativa ao desenvolvimento sustentável, contribuindo para a preservação ambiental do território, assim como para a respectiva valorização cultural.

Sendo assim, torna-se necessário modificar as visões de mundo que norteiam os modos de desenvolvimento e crescimento, os sistemas de economia, os usos da natureza e vincular o paradigma da sustentabilidade, na sua acepção ecológica, ao modo de vida humano e ao modelo de desenvolvimento e produção na sociedade atual para alcançar o Bem-Viver da humanidade como um todo, respeitando a diversidade de culturas e biodiversidade dos ecossistemas, formando verdadeiros “Antromas”.

Ao olharmos para nossa civilização atual percebemos vários desequilíbrios, dentre eles, vemos poucas pessoas usufruindo de grande parte dos recursos naturais, em detrimento da devastação ambiental, contaminação de solos e água, extinção em massa de fauna e flora, extermínio de culturas e expulsão de povos de seus territórios tradicionais, e ainda, não menos importante, exploração de uma grande massa empobrecida, especialmente de mulheres, que por interesses exógenos, após serem confinadas no reino da casa, tiveram sua força de trabalho invisibilizada e desvalorizada, que não por acaso, foram a elas delegadas, desde os primeiros sinais de instauração do capitalismo.

De acordo com estudos históricos e econômicos de Silvia Federici (2004) o capitalismo é germinado junto com o período compreendido pela Inquisição que durou cerca de quatro séculos durante a Idade Média a partir do século XIII. Esta época foi o marco, para a história mundial, no que diz respeito aos povos originários das terras “conquistadas” e também para as mulheres subjugadas pelos tribunais, compostos pela parceria entre Igreja e Estado, atendendo a interesses econômicos das sociedades dominantes, marcou o momento em que a resistência das mulheres e dos povos se tornou característica intrínseca para a continuidade de existência, diante do rolo compressor ditado pelo capital econômico, em busca de expandir seus domínios territoriais (FEDERICI, 2004).

A visão eurocêntrica, pela qual compartilhamos nossas experiências e interações com o mundo, ditam os valores pelos quais devem guiar o caminhar da humanidade. Desta forma, as ideias de dominação daquilo tudo que representa a natureza, decorrentes das ideias iluministas de pensadores, como Descartes e Newton, principalmente a partir dos séculos XVII e XVIII, guiaram os passos da sociedade até os dias de hoje (CAPRA, 2006).

O lado hegemônico se enxerga como pólo universal, logo os diversos devem desaparecer. Na atualidade, como em tempos antigos, este hegemônico é o polo dominador nas relações entre os seres humanos e entre sociedade e natureza. Florit (2016) afirma que as moralidades, no contexto da sociedade capitalista, estão intimamente relacionadas aos processos de reprodução social e, no que diz respeito à natureza, tendem a reconhecer nela um valor apenas instrumental. Embora seja possível encontrar justificativas para lidar com a natureza considerando exclusivamente as necessidades dos seres humanos – como é feito mais habitualmente quando se discute o desenvolvimento sustentável –, existe a convicção, compartilhada entre muitos pensadores da ética ambiental, de que um dos traços mais problemáticos do modo como a civilização ocidental vem lidando com a natureza está no seu exacerbado antropocentrismo, que é definido e amparado nas suas tradições religiosas (judaico-cristãs) e filosófico-morais, notadamente as escolas aristotélica, kantiana, utilitarista e contratualista, se reflete nas concepções políticas, econômicas e desenvolvimentistas que historicamente levaram à prática a moralidade que justificou o impulso em transformar a natureza, conseqüentemente as mulheres e os povos, para o domínio humano, especificamente o homem branco.

Em poucos séculos, principalmente no último século, conseguimos com nossos modos de vida urbanos e industriais extinguir 40% da fauna e acelerar o processo de mudança climática de acordo com os dados do último relatório, em 2018, do Painel Intergovernamental de Especialistas sobre mudanças climáticas (IPCC) que divulgou que estamos iniciando a sexta extinção em massa do planeta, a primeira provocada pelo ser humano, por causa, principalmente das práticas agrícolas e o desmatamento, responsáveis por cerca de um quarto das emissões de CO2 e extinção de espécies da flora e fauna.

Uma análise crítica e uma oposição através de ações concretas à uniformidade da cultura tecnológica industrial, tanto capitalista, quanto socialista, são cruciais para as lutas que defendem as soluções locais de sustentabilidade. É necessário incorporar o entendimento que um meio ambiente saudável é condição primordial para nosso bem-estar, para o funcionamento da economia e, finalmente, para a sobrevivência da vida na Terra, como sustenta Foladori (1999).

Puleo (2011) completa que assumir os limites do ecossistema e a luta contra a exploração social através de certo decrescimento dos países desenvolvidos, e um crescimento sustentável comedido para os demais países são mudanças estruturais e culturais que devem fazer parte da construção de uma sociedade pautada em diferentes valores de relacionamento entre os seres humanos em si, e destes com o restante da vida na Terra. Valores que condizem com a construção de um novo paradigma de organização social, voltado para o âmbito comunitário, com soluções locais no atendimento das necessidades básicas de alimentação, moradia, saúde e educação, permeados por uma economia que fortaleça as ações locais e proporcione qualidade de vida para as pessoas, sem ultrapassar a capacidade que o ambiente não possa suportar.

Atualmente um grande movimento de mulheres e povos ligados à terra, munidos de força, conhecimento ancestral e ferramentas atuais, com conhecimento científico, discursos embasados e artes questionadoras, se tornam grandes ativistas e formadores de opinião buscando a cura das doenças sociais, emocionais, psicológicas e ecológicas em diferentes espaços de atuação, seja no campo, na cidade ou na política. E mais uma vez, navegando pela História da Humanidade, temos visto os movimentos de mulheres e povos em todo o mundo tornando-se vigorosos e cada vez mais abrangentes impulsionando o olhar da sociedade para questões gritantes enraizadas no tecido social atual. Questões estruturais como - antropocentrismo, colonialismo, imperialismo, androcentrismo, racismo, sexismo e classismo - vêm à tona para questionar a subjugação de povos e mulheres e a exploração da natureza, usados para alimentar a fome insaciável do capitalismo - modelo de sociedade incentivado e almejado pelos “dominantes”, e também pelo inconsciente coletivo da sociedade em geral.

Ecofeminismo latino-americano e Sustentabilidade Ambiental em Comunidades

O feminismo, de acordo com Siliprandi (2000), pode ser visto, ao mesmo tempo, como uma teoria crítica e como um movimento social que se dedica a desvendar os mecanismos de coerção estrutural responsáveis pela histórica subordinação das mulheres aos homens, perpetuada sob a crença de que as diferenças biológicas entre homens e mulheres justificariam as desigualdades sociais. Ela cita as duas grandes *ondas* do feminismo conhecidas entre nós em nível mundial, a primeira no século XIX e a segunda no século XX, década de 60, com esforços intelectuais e políticos muito grandes para tornar visíveis os “marcos de injustiça” em que as mulheres se encontravam. Os problemas decorrentes das guerras e do militarismo, e a consciência da exclusão das mulheres do mundo público, trouxeram à tona que a sua

opressão se reproduzia em outras esferas, inclusive e, sobretudo, nos lares. Daí o lema do feminismo daquele período: o pessoal é político.

Ao nomear as opressões de raça, classe e gênero, Ângela Davis – filósofa estadunidense - citada por Akotirene (2019), que inclui as demandas das mulheres negras que, na luta contra a opressão por serem mulheres na estrutura patriarcal ainda sofrem o racismo, colocando-as em posições diferentes dentro das lutas feministas. A autora afirma que a intersseccionalidade permite-nos enxergar colisão das estruturas, além das falhas do feminismo em contemplar mulheres negras e indígenas, já que reproduz o racismo. Igualmente o movimento negro falha pelo caráter machista que reproduz. Completa ainda, que o conhecimento deve ir além das demarcações fixadas por linhas imaginárias do horizonte e, finalmente, valer-se de raça, classe, território e gênero.

As mulheres perceberam o meio ambiente como um assunto importante que deveria estar presente nas causas de lutas, quando isso interferiu na segurança das esferas, pessoal, no lar e na comunidade (SANDLANDS, 1999). O ecofeminismo é um conceito que vem investigando há décadas (D'EAUBONNE, 1978), a ligação existente entre a luta pela libertação das mulheres e dos povos ligados à terra, e a luta pela proteção da natureza, que não é recente, mas sim parte da trajetória histórica de muitos povos, em que a exploração da natureza é a sua própria exploração. Nesta mesma década de 1970, destacou-se o Movimento das Mulheres Chipko na Índia representado pela atuação e voz de Vandana Shiva, física, escritora e ativista, que desde então atua na luta pela libertação da terra, como a própria libertação das mulheres e dos povos.

Segundo Paredes (2016), uma das fundadoras do feminismo comunitário que nasceu na Bolívia, no ano 2003, com os movimentos de insurreição das mulheres indígenas na luta contra o neoliberalismo e a privatização da água e a guerra do gás. Atualmente, o feminismo comunitário indígena é um movimento organizado que enriquece e amplia as lutas feministas nas terras de Abya Yala.

O ecofeminismo latino-americano tem um perfil próprio que traz uma revalorização das cosmovisões autóctones dos povos originários e ênfase na práxis da libertação. Este é um traço da proposta geral ecofeminista de construção de novas cosmologias ou teocosmogonias que tem sido adaptada e lançada através da Teoria de Gaia de Lynn Markulis e James Lovelock (1979, 2006). Com um sentido mais amplo esta teoria é uma proposta de uma concepção que retorne a visão de sacralização do planeta e que impeça ações humanas predatórias contra a própria existência e de toda a vida na terra.

Nos escritos de Mies e Shiva (1995) sustenta-se que a abordagem desenvolvimentista de crescimento econômico linear e ascendente e ao mesmo tempo racista, sexista e classista, explora as mulheres através do trabalho doméstico gratuito e de mão de obra barata, explora a natureza para a produção de bens e alimentos prejudiciais à saúde humana, contaminam o solo, e prejudica, ainda, comunidades rurais, transformando seus modos de vida tradicionais em entraves para o desenvolvimento. Em seu estudo, Kuhnen (2017) propõe a partir da perspectiva ecofeminista, a necessidade de rever as relações entre seres humanos e natureza, e a importância da preservação de certos modos de vida mais integrados ao meio ambiente, que promovam a justiça social e de gênero.

Puleo (2011) diz que as mulheres não são somente vítimas, mas também sujeitos ativos no cuidado ambiental e na construção de uma nova cultura com respeito à natureza. Por isso o ecofeminismo se trata de um movimento que fala a todas as pessoas, urbanas ou rurais, que

sentem de alguma forma, que algo deveria mudar na nossa relação com a natureza, seja esta o nosso próprio corpo censurado e controlado, seja as comunidades expulsas de suas terras ou a contaminação dos solos pelas monoculturas regadas a pesticidas. A autora conclui que a ecologia contribui para o feminismo com a consciência da insustentabilidade de certos modos de vida das sociedades industriais, e que adotar uma perspectiva ecofeminista implica que não se pode fazer política ambiental à custa das mulheres, povos e minorias sociais.

Neste sentido Rodriguez (2012) diz que recuperação e atualização do pensamento feminista, incorporando as reflexões ecofeministas, as contribuições das mulheres negras e indígenas e dos conceitos do “bem viver”, são necessidades surgidas da prática de resistência a um modelo de crescimento e desenvolvimento econômico insustentável que está impactando fortemente as próprias bases da sobrevivência comunitária sadia e digna. Assim, nas análises econômicas e na visão de mundo estabelecida, da mesma forma em que não se incorpora a riqueza produzida pelas mulheres no seu cotidiano de trabalho doméstico, tampouco será levado em consideração o valor das forças e bens da natureza, e em particular sua existência finita. Essa postura, além de antropocêntrica, é também androcêntrica e etnocêntrica, porque reflete um descaso para com as condições de sobrevivência do planeta, assim como em relação às mulheres e outras categorias sociais que não fossem os homens brancos e adultos.

O ponto a ser observado e que poderia criar “tensões” entre as frentes feministas e ecofeministas seria de que o discurso ecofeminista ignora a relação real das mulheres com a natureza que é distinta para cada mulher. Por este motivo o movimento se divide em diferentes frentes de atuação apoiadas em diferentes bases filosóficas.

Puleo, (2008) classifica o movimento em três tendências:

a) Ecofeminismo clássico - Neste contexto, a ética feminina de proteção dos seres vivos se opõe à essência agressiva masculina, e é fundamentada através das características femininas igualitárias e por atitudes maternas que acabam predispondo as mulheres ao pacifismo e à conservação da natureza, enquanto os homens seriam naturalmente predispostos à competição e à destruição;

b) Ecofeminismo espiritualista do Terceiro Mundo - Teve origem nos países do sul, tendo a influência dos princípios religiosos de Ghandi, na Ásia, e da Teologia da Libertação, na América Latina. Esta tendência afirma que o desenvolvimento da sociedade gera um processo de violência contra a mulher e o meio ambiente, tendo suas raízes nas concepções patriarcais de dominação e centralização do poder.

c) Ecofeminismo construtivista. Esta tendência não se identifica nem com o essencialismo, nem com as fontes religiosas espirituais das correntes anteriores, embora compartilhe ideias como antiracismo, antiantropocentrismo e antiimperialismo. Ela defende que a relação profunda da maioria das mulheres com a natureza não está associada a características próprias do sexo feminino, mas originária de suas responsabilidades de gênero na economia familiar, criadas através da divisão social do trabalho, da distribuição do poder e da propriedade. Para tanto, defendem que é necessário assumir novas práticas de relação de gênero e com a natureza.

Embora parta de pressupostos conflitantes, particularmente a abordagem clássica e a construtivista, presume-se, nas três tendências, uma forte relação entre mulher/feminilidade-natureza, mais intensa do que a relação homem/masculinidade-natureza, fazendo da mulher mais cuidadosa com a natureza. O que difere nas três abordagens é a origem dessa relação:

enquanto na tendência clássica a explicação das diferenças está na própria natureza do homem/masculino ser agressivo e destrutivo, na tendência espiritualista, a explicação das diferenças encontra-se no processo do desenvolvimento humano, que teria descuidado da finitude e capacidade de resiliência da natureza, e, na tendência construtivista, a explicação é sociocultural, produto da divisão social do trabalho e de uma estrutura social marcada pela desigualdade. Mesmo que as tendências espiritualista e construtivista neguem a relação de gênero com o meio ambiente como um fenômeno natural, como ocorre na abordagem clássica, nas três tendências, independentemente do que envolve o discurso de cada abordagem, todas admitem haver uma forte relação do ecofeminismo com a proteção do meio ambiente.

Nesse sentido, o ecofeminismo é mais sólido quando busca mostrar o androcentrismo de nossa imagem do ser humano (mulher e homem) e plantam a necessidade de novos paradigmas que superem os dualismos hierarquizados sobre os que têm construído nossa cultura. Desta forma, inicia-se o cultivo de relações colaborativas no lugar de relações dominantes, reestruturando assim a noção de poder; uma vez que direcionam o seu pensamento à igualdade política, econômica e social. “Superar o sexismo, o androcentrismo, o racismo, o colonialismo e o antropocentrismo são as metas desta nova forma de feminismo”(GARCIA, 2009, p. 6).

Para Leff (2004), mais além da visão naturalista que associa o feminismo e o ecologismo, o autor diz que a ecologia política indaga os fundamentos das lutas ecofeministas dentro de uma política da diferença. Pois não se trata simplesmente de um movimento a favor da participação das mulheres nos assuntos e reivindicações ambientalistas, ou da promoção dos direitos humanos e de gênero dentro das perspectivas abertas pelo desenvolvimento sustentável. Para ele, o enigma a decifrar e a política a construir buscam a compreensão da forma particular de ser mulher e da perspectiva política que abre uma visão feminista e de gênero na questão do poder, da cultura, da organização social, da natureza e do desenvolvimento sustentável e que vá mais além do lugar da mulher na estrutura social dada e das reivindicações de igualdade com os lugares privilegiados dos homens na ordem estabelecida determinada.

Angelin (2006) destaca que para isto é fundamental que as mulheres se auto reconheçam como indivíduos em condição de opressão e submissão, buscando a redistribuição de bens e recursos que, na maioria das vezes se encontra sob o domínio masculino e, por fim, envolvendo a participação paritária e com várias representatividades das mulheres na sociedade, a fim de que essas possam partilhar valores mais próximos à proteção e ao cuidado com a natureza, os quais foram incorporados no decorrer dos milênios por elas, não por um fator natural, mas pela condição de vida que lhes foi imposta e que agora, diante da incontestável crise ambiental, podem contribuir para apontar alternativas que sejam de fato sustentáveis.

Angelin e Schnorrenberger (2017) destacam a figura das mulheres camponesas, que através de suas lutas nos movimentos do campo, utilizando-se dos princípios ecofeministas espiritualistas, transmutam na mística religiosa a força para se articularem em prol da emancipação feminina e, ao mesmo tempo, da garantia da proteção ambiental, conseguem se manter fortes e unidas.

Andrade (2017), em seu estudo sobre as mulheres indígenas Krahô diz que a abordagem ecofeminista considera a relação que as mulheres indígenas possuem com a diversidade como uma relação com o sagrado, que reelabora a preservação e integridade das futuras gerações, gerando a autodeterminação indígena perante a natureza, seus ciclos e as políticas

governamentais de contato. Com isso a contribuição das mulheres indígenas na elaboração das políticas públicas coloca em perspectiva maiores opções para um futuro sustentável, tanto nos projetos, quanto nos processos de gestão ambiental.

Kuhnen (2017) em sua pesquisa, de cunho investigativo teórico-filosófico e bibliográfico procura oferecer uma reflexão crítica sobre a perspectiva de desenvolvimento por trás da justificção do agronegócio que se contrapõe às atividades protagonizadas por mulheres nas formas de cooperativismo e associativismo, visando à preservação ambiental e a manutenção de comunidades locais.

Angelin e Schnorrenberger (2017) concluem que comunidades locais (camponesas, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, pescadoras, etc), muitas delas com atividades de subsistência desenvolvidas por mulheres, resistem à lógica desenvolvimentista patriarcal e capitalista, pois não tratam a natureza como mero recurso, oposto aos humanos, a ser dominada. Mantêm-se na contramão do ‘des-envolvimento’ com suas formas de vida mais integradas à natureza, preservando, de fato, a biodiversidade. Como resultados positivos dos movimentos organizados por mulheres de comunidades indígenas, quilombolas e camponesas conseguiram a implementação de ações práticas e da criação de políticas de proteção ao meio ambiente natural, representando movimentos muito importantes dentro da sociedade brasileira.

A organização dessas mulheres tem sido dividida em grupos distintos por regiões e/ou por organizações sindicais, como o Movimento das Margaridas, o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais e, também o Movimento das Mulheres Camponesas e o Movimento das Mulheres Indígenas que ligados a várias vertentes sindicais e políticas, construíram e ainda constroem – identidades políticas e o reconhecimento público das camponesas e das comunidades rurais. Todos esses movimentos articulados de mulheres do campo promovem mobilizações, lutas pontuais, processos de formação, divulgação do trabalho dessas mulheres e comunidades e ainda, contribuem para o desenvolvimento em nível local. E ainda, a partir da pressão dos movimentos de mulheres do campo, o governo federal do Brasil tem criado políticas públicas voltadas à produção e comercialização de alimentos.

Diante da crise ambiental global, as abordagens a cerca da sustentabilidade, traz a tona, discussões sobre a relação dos povos e comunidades tradicionais com o respectivo território. Em julho de 2.000, por meio da Lei 9.985 que cria o SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação - são reconhecidos os direitos das comunidades tradicionais em suas interfaces com as unidades de conservação. Elas são consideradas por sua forma positiva de apropriação do espaço orientada segundo princípios próprios, construídos em interação com o ambiente e sem perspectivas exclusivamente comerciais.

Rodriguez e Thé (2012) destacam que convenções a nível global, como a Convenção da Diversidade Biológica - CDB e da Organização Internacional do Trabalho - OIT, vem inserindo essas comunidades locais, muitas vezes vistas pelo pensamento conservador e neoliberal como empecilhos para o desenvolvimento, numa posição ativa com relação à gestão e conservação da diversidade do território, visto que esses povos historicamente contribuíram para a conservação de ecossistemas e pela produção de diversidade biológica através de suas práticas culturais.

Procedimentos Metodológicos

Como respaldo para traçar as hipóteses que nortearam esta pesquisa, levaram-se em consideração as conexões entre os aspectos teóricos e práticos que caracterizam o ecofeminismo, as lutas e preceitos gerais de comunidades indígenas que motivaram a análise

da relação entre o ecofeminismo e a sustentabilidade ambiental de comunidades, tendo como ponto de partida o pressuposto de que os princípios que norteiam as ações do movimento ecofeminista estão em estreita sintonia com a sustentabilidade do meio ambiente; e do pressuposto de que práticas em conformidade com a proteção do meio ambiente estejam presentes na base da organização e da dinâmica das comunidades indígenas, já que exemplares destas comunidades vêm sendo reconhecidos por suas relações ecológicas com os ambientes que as circundam, considerando a diversidade cultural, logo, as práticas das comunidades podem estar associadas aos princípios do ecofeminismo citados anteriormente.

É importante ressaltar que a escolha por comunidades indígenas para realizar esta análise se sustenta no fato de que estes povos são originários do Brasil e da América Latina, representando a base cultural e matriz genética da identidade do povo brasileiro e latino americano. Além de, estudos que associam práticas presentes em comunidades indígenas como menos agressivas ao meio ambiente, podendo servir de inspiração para a sociedade hegemônica ao honrar essas populações nativas na busca de soluções para os problemas locais atuais. O que não equivale dizer que elas sejam, por si só, sustentáveis.

Para o respaldo da presente avaliação em questão foram utilizadas as diversas contribuições do ecofeminismo no sentido de questionar e propor valores que condizem com a construção de relações respeitadas entre os seres humanos e destes para com o seu meio. A abordagem adotada nessa pesquisa foi o ecofeminismo ilustrado, proposto por Puleo (2008) e fundamentado em seis pontos, 1) ser um pensamento crítico; 2) reivindicar a igualdade e a autonomia das mulheres; 3) aceitar com prudência os benefícios da ciência e da técnica; 4) fomentar a universalização dos valores da ética do cuidado entre os humanos e a natureza; 5) assumir o diálogo intercultural; 6) afirmar a unidade e continuidade da natureza, a partir do conhecimento evolucionista e do sentimento de compaixão (PULEO, 2008, p.4). Considera-se uma corrente que abrange o movimento feminista, pois reivindica a igualdade e autonomia das mulheres e o movimento ambientalista, ao promover os valores da ética do cuidado entre humanos e a natureza. Portanto, o ecofeminismo a partir desta visão surge a partir da necessidade de movimentos de luta contra o patriarcado, para além de uma luta feminista, com o intuito de interligar os seres humanos à natureza.

Foram consideradas também as contribuições de Herrero (2007) que sintetizou as propostas ecofeministas para um ambiente sustentável, da seguinte forma: oposição a um desenvolvimento de maximização de benefícios monetários, em detrimento da saúde das comunidades humanas e dos ecossistemas; incorporação e valorização dos saberes e trabalhos das mulheres envolvidas em atividades de subsistência; concentração na organização econômica e política da vida e do trabalho das mulheres que apresente alternativas à crise ecológica e melhoria das condições de vida das mulheres e dos pobres; busca da autossuficiência, da descentralização e da auto-organização, mediante a busca dos equilíbrios.

Para esta pesquisa, o foco da atenção foi identificar nas comunidades em que medida estava presente o discurso e as práticas ecofeministas, quaisquer que sejam as tendências, e poder associar a elas práticas em defesa do meio ambiente. O pressuposto ecofeminista de que haja uma intrínseca conexão desse movimento com a conservação do meio ambiente permite supor que, uma vez caracterizada a presença do ecofeminismo nas comunidades, desenvolvam-se ali práticas ambientalmente sustentáveis. Esta relação constitui o referencial para avaliar em que medida as propostas para a construção de uma sociedade mais condizente com o respeito à natureza e às relações humanas se aproximam do real concreto e não apenas do real pensado idealmente. Mais especificamente, buscou-se avaliar em que medida os

princípios do ecofeminismo estavam presentes na dinâmica das comunidades e em que medida tais princípios estavam relacionados com práticas de sustentabilidade ambiental de cada tipo de comunidade.

Para se verificar a sustentabilidade ambiental de uma comunidade, há de se pensar que o bem-estar e as boas condições de vida devem prescindir a produção de riqueza material e que o parâmetro do desenvolvimento da comunidade não pode pautar-se na produção industrial ou na produção global agregada, abstrata, que ignora as condições de vida humana e de outras formas de vida, que não toma em consideração a distribuição da riqueza produzida e como a riqueza se transforma em bem-estar, ao nível dos componentes naturais e humanos que compõem a comunidade. Sendo assim o local para Sen (1999) deve sempre ser o foco de análise do processo de desenvolvimento para que seja possível alcançar as melhorias nas condições de vida das pessoas que ali se encontram.

No caso particular de comunidades tradicionais, o desenvolvimento sustentável, isto é, aquele que a organização social não causa estresses que o sistema ecológico não possa absorver (LEFF, 2004), é participativo e autônomo, com participação ativa dos atores locais, tornando-se um etnodesenvolvimento, isto é, admitindo a diversidade cultural e a “existência de distintas formas de expressão territorial, incluindo distintos regimes de propriedade, ... atendendo às necessidades desses grupos” (LITTLE, 2002a, pg.3), e reconhecendo a autonomia cultural em qualquer programa de desenvolvimento localizado, ao mesmo tempo em que reconhece a necessidade de cada grupo elaborar suas próprias estratégias de interação com o mercado (LITTLE, 2002b). E ainda, valorizar e utilizar conhecimento e tradição locais na busca da solução dos problemas (STAVENHAGEN, 1985).

Portanto, a sensação de bem-estar e de felicidade individual e coletiva dos membros de uma comunidade pode ser tomada como um estado de sustentabilidade ambiental desejável de uma comunidade. Tal sensação, entretanto, não se dá no abstrato, mas nas possibilidades reais de atendimento às necessidades, materiais e não materiais, sentidas pelos membros da coletividade, como habitação, alimentação, saúde, educação, segurança, informação, entre outras. Assim, o conjunto das instituições que oferecem esses serviços, e o acesso que os membros da comunidade tem a tais serviços, tornando-lhes possíveis as condições de bem-estar e de felicidade, define o nível de sustentabilidade ambiental da comunidade, na dimensão social (NORTH, 1990; LEVI, 1991; PUTNAM, 1993).

Desta forma, a sustentabilidade é um processo que mensura o grau ou nível da qualidade do sistema complexo ambiental humano com o intuito de avaliar a distância deste em relação ao sustentável. Esta avaliação, em especial, é realizada com propriedades quantitativas denominadas de indicadores e índices de sustentabilidade. Estes, por sua vez, podem identificar quais os aspectos – ambiental, social ou econômico – caso o sistema não atinja o nível sustentável desejado – são responsáveis e quais devem ser reposicionados ou corrigidos (FEIL e SCHREIBER, 2017).

Trazendo as reflexões para o âmbito da comunidade, como sujeito de análise, em síntese, no que se refere à dimensão ecológica, considerando-se o uso/gestão dos componentes naturais envolvidos nas atividades de produção e consumo da comunidade, (uso da água, gestão de efluentes líquidos e de resíduos sólidos), a sustentabilidade ambiental nesta dimensão diz respeito à manutenção e duração dos mesmos; no que se refere à dimensão econômica, a sustentabilidade refere-se à capacidade de reprodução da vida e satisfação das necessidades materiais ao longo do tempo; e, no que se refere à dimensão social, a

sustentabilidade diz respeito às possibilidades de vida social e de bem-estar na comunidade, ao longo do tempo (FLORES E TREVIZAN, 2015).

Para transformar o conceito de desenvolvimento sustentável em prática devem-se compreender os processos humanos e naturais que estão relacionados aos problemas ambientais, econômicos e sociais. Desta forma, pode-se dizer que indicadores são estatísticas, que, medidas ao longo do tempo e mensuradas em determinado espaço (BENNET, 2004). Os indicadores capturam tendências para informar os agentes e tomadores de decisão, orientar o desenvolvimento e o monitoramento de políticas e estratégias, entre outros papéis.

Para podermos avaliar na comunidade as condições de sustentabilidade ambiental, o conceito de espaço, de território e de compartilhamento de recursos materiais e não materiais num mesmo território, geograficamente definido, é condição *sine qua non*. O território é onde se projeta um trabalho (seja energia ou informação) e que revela relações de poder, é o espaço vivido (RAFESTIN, 2011) ou, na expressão de Milton Santos, é o espaço usado (APUD SILVEIRA, 2011).

Para Little (2002) a comunidade tem que se sentir ativa e ocupante do território, com um sentimento de pertencimento. O grupo, o lugar e o pertencimento se convergem e dialogam para as relações ambientais que cercam os indivíduos. Portanto, o ser humano procura ocupar o espaço para delimitar o território, buscando sua identidade no lugar, onde o território será o cenário do reconhecimento e as paisagens que o formam os emblemas em que todos se reconhecem.

Diante da discussão exposta, considera-se que para se entender as relações da sociedade com o ambiente natural é necessário entender como a sociedade está organizada dentro de um espaço territorial para suprir suas necessidades. E para isto, a garantia da terra é o que vai definir como serão estabelecidas a continuidade das ações e dos modos de vida. A natureza destes meios de sobrevivência é que vai direcionar como serão estabelecidas as relações com o ambiente que a cerca. Outro ponto a ser levantado, é que o tipo ideal de comunidade não existe na realidade, mas algumas servem de modelo de análise e compreensão de casos concretos, onde o intercâmbio de informação sobre o conhecimento presente na cultura com o desenvolvimento de métodos de cooperação para o uso de tecnologias apropriadas podem apontar caminhos que levem à sustentabilidade do ambiente de uma comunidade.

A tomada de dados nas comunidades (duas indígenas) foi realizada em um período de vivência contínua em cada uma. As entrevistas foram efetuadas selecionando-se representantes de cada residência, com 18 anos de idade ou mais, escolhido de forma casual, aplicando-se um formulário estruturado àqueles que aderiram à participação na pesquisa, de livre e espontânea vontade, após serem devidamente esclarecidos com relação aos objetivos da mesma e terem assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), submetido e aprovado juntamente com o projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), da UESC e do Conselho Nacional de Pesquisa (CONEP).

Na comunidade indígena Tupinambá, Aldeia Tukum foram 57 (pessoas entrevistadas), de 54 famílias habitantes, está localizada dentro do Território Tradicional do Povo Tupinambá de Olivença, área de Mata Atlântica, no litoral sul da Bahia, já foi identificada e encontra-se em processo de demarcação. Além da agricultura e a pesca que são atividades importantes na subsistência, tem-se a coleta de piaçava que também é vendida para construção civil e fabricantes de vassouras.

Na Aldeia Kamanawa, localizada no Acre, próxima ao município de Cruzeiro do Sul, do povo Katukina falantes de idioma próprio pertencente ao tronco linguístico Pano. Com aproximadamente 50 famílias, na região amazônica, tentam deixar vivos os costumes, por meio da caça, pesca, plantio, artesanato e rituais, mesmo com o intenso contato com os não-índios, onde as mulheres possuem papel significativo na manutenção da cultura.

A pesquisa de campo foi adotada para obtenção de dados primários qualitativos e quantitativos, com o uso de técnicas de observação direta e participante, coleta de relatos de experiência com perguntas geradoras junto aos moradores ligados à estruturação de cada comunidade em questão, e junto às pessoas-chave ligadas aos movimentos relacionados à temática da pesquisa, e coleta de dados qualitativos e quantitativos por meio de formulários estruturados, contendo perguntas abertas e fechadas com linguagem adequada e acessível aos diferentes grupos participantes, tendo como base indicadores e medidas de sustentabilidade, em suas componentes econômica, social e ecológica (a dimensão ecológica diz respeito à conservação do ambiente do entorno).

Foram analisadas as relações entre indicadores dos pressupostos do ecofeminismo com os indicadores de sustentabilidade ambiental. Com base nas correlações dos dados das comunidades, os indicadores de ecofeminismo estão fortemente relacionados com as práticas ecológicas das mesmas. Também foram encontradas correlações significantes de indicadores do ecofeminismo com indicadores de sustentabilidade ambiental, nas dimensões social e econômica. Estes dados mostraram que quando são identificados indicadores da presença do ecofeminismo na comunidade, proporcionalmente também são identificadas práticas ecológicas, ou seja, indicadores de sustentabilidade ambiental na dimensão ecológica.

Foi delineada uma metodologia para avaliar a interação entre indicadores de sustentabilidade ambiental com os indicadores do ecofeminismo. Foi feito um confronto entre os resultados alcançados após a tabulação e processamento dos dados quantitativos, por meio da correlação *Spearman* e dos dados qualitativos por meio de categorização e análise de conteúdo. Foram feitos os devidos cálculos das pontuações obtidas nas perguntas fechadas (indicadores) para compor os índices, além da análise de correlação e associação entre indicadores, utilizando o *software* SPSS, e ainda a elaboração de índices para verificar a presença dos pressupostos do ecofeminismo e dimensionar a sustentabilidade das comunidades em cada dimensão estudada e posteriormente os Índices Gerais. Em síntese, o nível de sustentabilidade ambiental em cada dimensão foi dado pela média aritmética de pontos obtidos, considerando as respostas dos entrevistados, na respectiva dimensão. Sendo 4 o escore médio máximo possível, em cada dimensão. Os dados foram reunidos em tabelas e quadros, com distribuição simples das variáveis consideradas fundamentais para descrição da área e da população envolvida, permitindo a discussão e melhor interpretação.

Resultados e Discussões

Foram definidos indicadores de sustentabilidade ambiental em nível local, nas três dimensões indicadas (Quadro 1) para: 1) dimensionar o nível de sustentabilidade ambiental em que se encontram as comunidades estudadas; 2) correlacionar os indicadores de sustentabilidade ambiental com os indicadores que caracterizam os pressupostos do ecofeminismo.

Quadro 1. Matriz de indicadores de sustentabilidade ambiental, nas dimensões social, econômica e ecológica

MATRIZ DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL
--

<u>Dimensões</u>	<u>Temas</u>	<u>Indicadores</u>
Social	<ul style="list-style-type: none"> Atendimento às necessidades básicas: (habitação, alimentação, saúde, educação, segurança, informação, mobilidade). 	<ul style="list-style-type: none"> Acesso e satisfação com relação à moradia Acesso e satisfação com relação à alimentação Acesso e satisfação quanto aos serviços de saúde Nível de escolaridade e acesso à formação específica e continuada <ul style="list-style-type: none"> Sentimento de segurança da população mais vulnerável nos espaços comuns Meios de acesso à informação Facilidade de acesso a localidades próximas
	<ul style="list-style-type: none"> Capital social 	<ul style="list-style-type: none"> Instituições físicas que tornam concretamente viável o acesso aos bens e serviços <ul style="list-style-type: none"> Normas comuns e eficazes Presença de associações
	<ul style="list-style-type: none"> Bem-estar, topofilia e etnosustentabilidade 	<ul style="list-style-type: none"> Elo afetivo da comunidade com o local onde residem Nível de satisfação quanto ao local onde residem Perspectivas de crescimento da comunidade Perspectivas de melhoria das condições de vida Identidade local Capacidade da comunidade de valorizar e reproduzir sua cultura (saberes, hábitos, valores locais)
	<ul style="list-style-type: none"> Relações sociais 	<ul style="list-style-type: none"> Presença e resolução de conflitos, Formas de cooperação baseadas em regras compartilhadas e em confiança recíproca <ul style="list-style-type: none"> Atividades comunitárias Sistema comunitário que trate a desigualdade econômica
	<ul style="list-style-type: none"> Governança: 	<ul style="list-style-type: none"> Participação nas questões públicas (reuniões coletivas, decisões coletivas, etc.). <ul style="list-style-type: none"> Possibilidades de acesso aos espaços de decisão Formas de governança
Econômico	<ul style="list-style-type: none"> Renda 	<ul style="list-style-type: none"> Atividades de geração de renda Capacidade da comunidade na geração de renda Fonte de renda das pessoas da comunidade (atividades produtivas e/ou de serviços) <ul style="list-style-type: none"> Continuidade das ações Capacidade de acesso aos bens e serviços Satisfação das necessidades ao longo do tempo
	<ul style="list-style-type: none"> Oportunidade de trabalho 	<ul style="list-style-type: none"> Oportunidades para os jovens e mulheres Envolvimento nas atividades econômicas Capacidade de envolver os jovens
	<ul style="list-style-type: none"> Comércio justo e economia ecológica e solidária 	<ul style="list-style-type: none"> Práticas sustentáveis utilizadas nas atividades econômicas Produção local Produtos (alimentícios, artesanato, vestuário, etc.) consumidos, produzidos por cada família <ul style="list-style-type: none"> Escoamento da produção (se, existir).
Ecológica	<ul style="list-style-type: none"> Proteção e restauração ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> Existência de Unidade de Conservação na comunidade Práticas de recuperação e/ou conservação de nascentes Utilização de herbicidas/ defensivos nas áreas produtivas
	<ul style="list-style-type: none"> Produção de Alimentos 	<ul style="list-style-type: none"> Porcentagem de produção orgânica dos alimentos Tipos de fertilizantes utilizados na produção de alimentos Utilização de sistemas agroflorestais na produção de alimentos

<ul style="list-style-type: none"> • Saneamento Básico 	<ul style="list-style-type: none"> • Formas de descarte do resíduo sólido da residência • Formas utilizadas para o manejo das águas cinzas e negras (se existir) • Gestão de resíduos sólidos
<ul style="list-style-type: none"> • Padrões de Produção/Consumo de bens e serviços 	<ul style="list-style-type: none"> • Observação da procedência dos produtos na compra • Técnicas de construção na construção civil
<ul style="list-style-type: none"> • Energia renovável 	<ul style="list-style-type: none"> • Porcentagem de utilização de energia renovável (eólica, solar, outras)

Fonte: Elaboração da autora.

A partir da literatura sobre ecofeminismo considerada neste trabalho foram selecionados valores ecofeministas, independentemente de suas tendências, passíveis de observação empírica. A partir destes valores, foi elaborada uma matriz de indicadores que caracterizam os pressupostos ecofeministas (Quadro 2).

Quadro 2. Matriz de indicadores que caracterizam os pressupostos ecofeministas

<u>MATRIZ DE INDICADORES QUE CARACTERIZAM OS PRESSUPOSTOS ECOFEMINISTAS</u>		
<u>Dimensões</u>	<u>Temas</u>	<u>Indicadores</u>
Social	Diversidade	<ul style="list-style-type: none"> • Nível de liberdade de expressão individual (religião, política, artística).
	Ênfase na parceria	<ul style="list-style-type: none"> • Ações e Relações de cooperação entre pessoas (ajuda entre si, projetos conjuntos, ações em prol do todo).
	Inclusão social	<ul style="list-style-type: none"> • Mulheres participativas e ativas nas atividades de produção.
	Organização não hierarquizada	<ul style="list-style-type: none"> • Processos participativos e inclusivos de tomada de decisão e exercício do poder • Formas descentralizadas de tomadas de decisão e execução das atividades
	Questionamento dos valores da sociedade patriarcal e consumista	<ul style="list-style-type: none"> • Nível de valorização das atividades relacionadas ao cuidado, proteção e prevenção (crianças, idosos, meio ambiente) • Formas de divisão das tarefas domésticas (limpeza, preparo de alimentos, cuidado com crianças). • Formas de divisão das atividades fora de casa (trabalho e funções na comunidade). • Nível de satisfação quanto ao trabalho. • Cuidado e beleza como valores básicos para as relações interpessoais e com o meio
Econômico	Igualdade de oportunidades de acesso aos bens e serviços	<ul style="list-style-type: none"> • Acesso igualitário às oportunidades de trabalho, independente do sexo.
	Valorização do trabalho das mulheres	<ul style="list-style-type: none"> • Salários iguais de homens e mulheres exercendo as mesmas funções
	Economia em nível local	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivo à produção e consumo de produtos locais

	Valorização da cultura local	<ul style="list-style-type: none"> Nível de valorização dos produtos locais no mercado interno e externo
Ecológico	Práticas e/ou atitudes conservacionistas Tecnologias de baixo impacto Relações de interdependência com a natureza Respeito à capacidade de regeneração dos componentes naturais dentro do ecossistema Valorização da vida como valor supremo, da arte, beleza e estética	<ul style="list-style-type: none"> Nível de utilização de tecnologias de baixo impacto na construção civil, na produção de alimento e na saúde. Nível de utilização de práticas conservacionistas com relação ao meio ambiente Nível de respeito aos ciclos naturais na produção de alimentos e atividades econômicas (pesca, caça, artesanato, etc) Atividades de valorização e/ou reverência à natureza e os ciclos naturais. O planeta é considerado um organismo vivo. Leva-se em consideração a arte e conceitos estéticos para planejamento e desenho dos espaços Valorização da arte como algo essencial para a qualidade de vida Nível de utilização da arte no cotidiano das atividades (alimentação, trabalho, educação, lazer).

Fonte: Elaboração da autora.

Com este estudo empiricamente observado nas comunidades Aldeia Tukum/Tupinambá de Olivença e Aldeia Kamanawá/ Katukina, pode-se considerar que os princípios ecofeministas estão intrinsecamente conectados com diferentes práticas ligadas à sustentabilidade ambiental nas dimensões social, econômica e ecológica do meio ambiente, capazes de contribuir para a sustentabilidade ambiental das mesmas, se estão presentes ou até mesmo para baixar o nível de sustentabilidade quando não estão presentes.

Nas comunidades indígenas Aldeia Tukum/Tupinambá e Kamanwa/ Katukina foram identificados melhores níveis na dimensão social, mostrando que a capacidade de se envolver por meio do capital social e a participação dos moradores em toda a dinâmica cultural são os aspectos mais valiosos que contribuem para elevar o nível de sustentabilidade como um todo. Apesar de terem uma estrutura hierarquizada de liderança, os processos de tomadas de decisões são inclusivos, possibilitando a participação de todos, que contribui para os melhores índices destas comunidades na dimensão social, que demonstram alto nível de identidade e sentimento de pertencimento com o local.

Tanto para os Tupinambá, Aldeia Tukum quanto para os Katukina, especificamente na aldeia Kamanawá, foi percebida que a influência, na maioria das vezes, indireta das mulheres, nas decisões da comunidade, é um aspecto que, em relação às culturas indígenas como um todo, nos permite dizer que está ocorrendo uma participação cada vez maior das mulheres indígenas na luta pelos direitos de seus povos e na política nacional desenvolvida pelo Estado brasileiro. Elas tornam-se assim, cada vez mais, importantes interlocutoras entre seus grupos e a sociedade não indígena. Estes fatores produzem alterações nas relações interpessoais e principalmente de gênero, demonstrando, assim, a necessidade de mais estudos que focalizem estas questões. A valorização da mulher dentro de sua comunidade hoje perpassa por questões

que mostram que elas, muitas vezes, se tornaram as guardiãs da cultura e dos conhecimentos tradicionais, ao mesmo tempo responsáveis pelo incremento da renda de suas famílias e, ainda importantes interlocutoras com a sociedade não indígena.

Sendo assim, torna-se urgente e imprescindível que as políticas públicas indígenas incluam a visão das mulheres, ou seja, que os problemas das comunidades indígenas sejam vistos também da perspectiva feminina, portanto tenham um corte de gênero, respeitando, é claro, as diferenças culturais existentes, sem agredir a dinâmica social de cada comunidade. A contribuição das mulheres indígenas na elaboração das políticas públicas coloca em perspectiva maiores opções para um futuro sustentável, tanto nos projetos, quanto nos processos de gestão ambiental.

Princípios do ecofeminismo e práticas das comunidades, ambos numa perspectiva ampla estão em consonância com a tentativa de mitigar os impactos ambientais nas suas variadas nuances. A ênfase no caráter local das ações com a realização de experiências alternativas de recuperação ambiental, a segurança alimentar, a integração e interdependência com a natureza foi percebida nas comunidades por meio das cosmovisões que permeiam suas atividades cotidianas, assim como as formas de cultivo e plantio baseadas na diversidade e complementaridade, que levam em consideração inclusive os ciclos naturais como as fases da lua e as estações do ano para o plantio e colheita. Sendo assim, uma comunidade que investe suas ações para que exista igualdade política com a participação direta ou indireta de mulheres (a depender do grupo cultural) mas de forma efetiva, boa convivência com as diferenças, que valoriza seus membros mais antigos, consegue exercer uma governança circular, toma as decisões em prol do bem comum, apoia os mais necessitados, valoriza seus serviços de cuidados comunitários e domésticos, apoia a criação de negócios que reforcem a economia local e faz investimentos nas ações de manejo e reparação ambiental contribui para aumentar o nível de sustentabilidade ambiental em todos os níveis, já que estas ações contribuem para a satisfação pessoal, promovendo o fortalecimento das relações, a coesão comunitária e proteção dos recursos naturais. Todas estas práticas, em maior ou menor nível, foram observadas nas comunidades estudadas. Portanto, estes indicadores representam valiosas contribuições destas comunidades para a sociedade em geral.

Considerações Finais

Conclui-se, portanto, que os indicadores de ecofeminismo, além de estarem presentes no dia-a-dia das comunidades, são também relevantes para se entender as práticas de sustentabilidade ambiental nas mesmas.

Desta forma, as comunidades indígenas são um excelente campo para demonstrar a importância da experiência subjetiva social na criação, manutenção e divulgação de antigas e novas visões de mundo e estilos de vida. Ao criar uma maneira de experimentar o mundo e darem significado para as motivações para viver assim, estas comunidades representam a síntese entre conhecimento ancestral e moderno, entre teoria e prática. Com estes resultados, torna-se interessante propor uma aproximação entre a sociedade maior e as comunidades indígenas para transmitir tecnologias sustentáveis, principalmente com relação à etnicidade e equidade social, que as comunidades indígenas possuem, já que melhores índices sociais foram encontrados nestas comunidades, deixando claro que o pertencimento étnico e a noção de identidade e pertencimento cultural são fatores primordiais para se alcançar melhores níveis de sustentabilidade na dimensão social. Da mesma forma, a gestão de águas e tratamento dos resíduos sólidos, são essenciais para se alcançar elevados níveis de sustentabilidade ambiental na dimensão ecológica, que com a crescente introdução de

produtos industrializados podem representar alguns dos desafios do presente e do futuro destas comunidades.

Pretende-se, portanto, que a pesquisa em questão contribua para o aperfeiçoamento dos instrumentos de análise de sustentabilidade ambiental em comunidades e para o enriquecimento da discussão científica sobre as questões das comunidades indígenas, das políticas ambientais, indígenas e de gênero no Brasil e no mundo, situando-as frente aos desafios da atualidade. Ainda trazer reflexões para o debate filosófico dos movimentos feministas e ecofeministas, a partir de contribuições práticas, a fim de fortalecer as ações e a atuação na sociedade. Assim como, para o fortalecimento das ações em prol do desenvolvimento sustentável em nível local e, ainda, para o autoconhecimento das próprias comunidades estudadas e para a reflexão sobre a necessidade de voltarmos, enquanto sociedade planetária, nossas atenções para os povos originários e suas práticas milenares de relação socioambiental para nos reconhecermos a partir das nossas raízes ligadas à conexão com esta terra, para, desta forma, apesar da miscigenação, nos reconhecermos como ameríndios com identidades e culturas próprias, e assim, caminharmos para a descolonização de nossas mentes e territórios.

Em síntese, as debilidades e perigos de um conceito como o ecofeminismo, ainda em formação, na prática, não devem ocultar seus ganhos e potencialidades no sentido de questionar os padrões culturais que estão causando a degradação ambiental e desarticulação comunitária das sociedades em geral. Trata-se, portanto, de uma reestruturação da dinâmica social, ou seja, uma forma diferenciada de como os seres humanos se relacionam entre si e como interagem com o seu meio. A mudança que está na essência destas estruturas se refere à importância das ações locais para a recuperação e defesa do meio ambiente, o cultivo de relações colaborativas no lugar de relações dominantes, reestruturando a noção de poder, uma vez que direciona o pensamento à igualdade política, econômica e social. Reclamando a forma particular de ser mulher na estrutura social e das reivindicações de igualdade com os lugares privilegiados dos homens brancos na ordem estabelecida, o que não pode significar a inversão dos papéis e das formas de execução do poder.

Nós brasileiros e latino-americanos desta presente geração, temos a missão de reconhecer nossas identidades originárias, que complementam a grande diversidade de identidades formando a complexidade destas terras, que tem como maiores riquezas, as diversidades - a biodiversidade - que está ameaçada pela monocultura do agronegócio - e a etnodiversidade - ameaçada pela monocultura dos corpos e das mentes e a pasteurização cultural da sociedade hegemônica.

Assim, nos reconheceremos como filhos desta terra que ama e cuida desta Grande Mãe. Ao invés, de, como filhos bastardos, estarmos sempre implorando amor e aceitação do pai localizado no longínquo continente do outro lado do oceano. Que para ser aceito nega a mãe e se identifica como imigrante que usurpa e entrega suas riquezas, em troca de migalhas de reconhecimento.

Precisamos de alternativas sistêmicas que valorizem horizontes utópicos de outras formas sociais em prol do Bem-Viver, para direcionar e estimular lutas antigas e novas, fortalecendo os debates sobre racismo, decrescimento, comuns, direitos da Mãe-Terra, desglobalização e decolonização.

Referências Bibliográficas:

ANDRADE, Valéria Medeiros. *A diversidade ritual entre as mulheres krahô: rumo ao ecofeminismo e ao desenvolvimento sustentável* - Gênero, Religião e Políticas Públicas Mandrágora - **Revista de Gênero, Sexualidade e Direito** | e-ISSN: 2525-9849 | Maranhão | v. 3 | n. 2 | p. 137 – 152 | Jul/Dez 2017 137

ANGELIN, Rosângela. *Gênero e meio ambiente: a atualidade do ecofeminismo*. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 58, (ISSN 1519.6186), março de 2006.

_____. *Mulheres, ecofeminismo e desenvolvimento sustentável diante das perspectivas de redistribuição e reconhecimento de gênero*. Estamos preparados?. **Revista Eletrônica Direito e Política**, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.9, n.3, 3º quadrimestre de 2014. Disponível em: www.univali.br/direitoepolitica - ISSN 1980-7791. 1585

ANGELIN, Rosângela e SCHNORREBERGER, Neusa. *Ecofeminismo e Mística Religiosa nos Movimentos de Mulheres Camponesas no Brasil*. Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião. **Anais do Congresso Latino Americano de Gênero e Religião**. São Leopoldo: EST, v. 5, 2017. / p.612-626.

AKOTIRENE, Carla. *Intersseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro: Pólen, 2019. 152 p. (Feminismos Plurais/ Coordenação de Djamilia Ribeiro).

BENNET, Pery; SATTTLER, Miguel. *Indicadores De Sustentabilidade Em Habitação Popular*. In: I - **Conferência latino-americana de construção sustentável - x encontro nacional de tecnologia do ambiente construído**, 2004. São Paulo.

BIANCHI, Bruna. *Introduzione – Ecofemminismo: il pensiero, I dibattiti, le prospettive*. **Revista Deportate, Esuli, Profughe (DEP)**, n. 20, v. I-XXVI, Jul. 2012.

CAPRA, Fritjof - *O Ponto de Mutação: A Ciência, a Sociedade e a Cultura Emergente*/ Fritjof Capra; [tradução Álvaro Cabral]. – São Paulo: Cultrix, 2006. 27ª edição.

CARNEIRO, Beatriz Helena Scigliano. *Ecofeminismo e gestão planetária*. **Anais do XXI Encontro Estadual de História** –ANPUH-SP - Campinas, setembro, 2012. Disponível em: http://www.encontro2012.sp.anpuh.org/resources/anais/17/1342323229_ARQUIV_O_ANPUH.2012.pdf. Acesso em 12 out.2013.

D’EAUBONNE, F. *Le féminisme ou la mort*. Pierre Horay, Paris 1978.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. 2004. Disponível em: [file:///C:/Users/WINDOWS/Downloads/Federici,%20Silvia%20Caliba%20e%20a%20bruxa_pdf%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/WINDOWS/Downloads/Federici,%20Silvia%20Caliba%20e%20a%20bruxa_pdf%20(1).pdf)

FEIL, Alexandre André e SCHREIBER, Dusan. *Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados*. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395157473> . **Cad. EBAPE.BR**, v. 14, nº 3, Artigo 7, Rio de Janeiro, Jul./Set. 2017.

FLORES, Bárbara Nascimento; TREVIZAN, Salvador Dal Pozzo. *Ecofeminismo e comunidade sustentável*. **Estudos Feministas**, [S.l.], v. 23, n. 1, mar. 2015. ISSN 0104-026X. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/37461/28755>>. Acesso em: 18 Mar. 2015.

FLORIT, Luciano Félix. *Conflitos ambientais, desenvolvimento no território e conflitos de valoração: considerações para uma ética ambiental com equidade social*. **Desenvolv. Meio Ambiente**, v. 36, p. 255-271, abr. 2016.

FOLADORI, Guillermo. *Los Limites Del Desarrollo Sustentable*. Montevideo, Ediciones de La Banda Oriental, 1999.

FUNAI - *ÍNDIOS do Brasil*. Conteúdo extraído do site da Fundação Nacional do Índio. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/portal/>> Acesso em 30 mar. 2013.

GARCIA, Loreley Gomes. *A Relação Mulher e Natureza: laços e nós enredados na teia da vida*. **Gaia Scientia**, 2009. 3(1): 11 – 16.

HERRERO, Yayo. *Ecofeminismo: una propuesta de transformación para un mundo que agoniza*. 2007. Disponível em: <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=47899>>. Acesso em: 30 ago. 2013.

KING, Ynestra. *Curando as feridas: Feminismo, Ecologia e Dualismo Natureza/ Cultura – Gênero, Corpo e Conhecimento*. 1997.

KRENAK, Ailton - *A Potência do Sujeito Coletivo - Parte II*. **Revista Periferias** - <http://www.revistaperiferias.org> – 2018

KUHNEN, Tânia A. *A Crítica Ecofeminista Ao Paradigma Do Desenvolvimento: A Necessidade De Repensar A Relação Humana Com A Natureza*. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress** (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X

LEFF, Henrique. *Ecofeminismo: El género del ambiente. Racionalidad Ambiental. La Apropiación Social de la Naturaleza*. Polis, **Revista de La Universidad Bolivariana**, año/vol. 3, número 009. Universidad Bolivariana/ Santiago, Chile, 2004.

LEVI, M. *Uma Lógica da Mudança Institucional*. Dados - **Revista de Ciências Sociais** Vol. 34 (1), 1991.

LITTLE, Paul E. *Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*. Série Antropologia. UNB, Brasília, 2002.

LOVERLOCK, James. *Gaia: a new look at life on earth*. Oxford: Oxford University Press, 1979.

_____. *A Vingança de Gaia!* James Lovelock; - São Paulo: Intrínseca, 2006.

MORALES, Patricia Perez. *Espaço-tempo e ancestralidade na educação ameríndia: desdobramentos de Paulo Freire na província de Chimborazo, Equador*. ([Catálogo USP](#)) 2008.

MUNDURUKU, Daniel. *Em busca de uma ancestralidade brasileira*. In: **Revista fazendo escola**. Alvorada. v. 2, ano 2002, p. 40-42.

NORTH, Douglass C. *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge University Press. 1990. 152 p.

ORTIZ, Renata Baum. *A presença indígena na constituição da identidade brasileira*. Disponível em: http://www.pucrs.br/edipucrs/online/IXsemanadeletras/ide/renata_baum.pdf. Acesso em 05 dez. 2019.

PAREDES, Julieta. *O feminismo comunitário é uma provocação, queremos revolucionar tudo*. <https://gz.diarioliberalidade.org/america-latina/item/12022-o-feminismo-comunitario-e-uma-provocaao-queremos-revolucionar-tudo.html>.

PULEO, Alicia H. *Libertad, igualdad, sostenibilidad. Por un ecofeminismo ilustrado* Liberty, Equality, Sustainability. For an Enlightened Ecofeminism Universidad de Valladolid. ISEGORÍA/ **Revista de Filosofía Moral y Política** N.º 38, enero-junio, 2008, 39-59 ISSN: 1130-2097.

_____. *Ecofeminismo para otro mundo posible* - Madrid: Cátedra. Colección Feminismos, 2011.

PUTNAM, Robert. *Comunidade e Democracia; A Experiência da Itália Moderna*. Rio de Janeiro: Ed. FGV. 1993. 257 p.

RAFFESTIN, Claude. *Por Uma Geografia Do Poder*. Tradução de Maria Cecília França. Editora Ática, 2011.

- RESS, Mary Judith. *Ecofeminism from Latin America*. Maryknoll, NY: Orbis Books, 2006.
- RODRIGUEZ, Graciela. *Eco-Feminismo – Superando A Dicotomia Natureza/Cultura*. Rio de Janeiro - Brasil. 2012. (mimeo biblioteca I. EQUIT).
- RODRIGUES, Leila Ribeiro; THÉ, Ana Paula Glinfskoi. *Comunidades Tradicionais: Sujeitos De Direito Entre O Desenvolvimento E A Sustentabilidade / Congresso internacional interdisciplinar em sociais e humanidades* - Niterói RJ: ANINTER-SH/PPGSD-UFF, 03 a 06 de Setembro de 2012, ISSN 2316-266X.
- SANDILANDS, Catriona. *The Good-Natured Feminist: Ecofeminism and the Quest for Democracy*. Minneapolis, MN: The University of Minnesota Press, 1999. 245 p.
- SANTOS, Milton - 1992: *a redescoberta da Natureza*. São Paulo, v.6, n.14, p. 95-106, 1992.
- _____. *Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência Universal*. 10ª ed. São Paulo: Record, 2003, 174 pp.
- SEN, Amartya. *Development as Freedom*. New York: Knopf, and Oxford: Oxford University Press. 1999.
- SILIPRANDI, Emma - *Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais*. **Agroecologia e desenvolvimento sustentável**, Porto Alegre: EMATER/RS, v.1, n.1, jan/mar, p.61-70, 2000.
- SHIVA, Vandana. MIES, Maria. *Abrazar la vida. Mujer, ecología y desarrollo*, trad. Instituto del Tercer Mundo de Montevideo (Uruguay), Madrid, Cuadernos Inacabados 18, ed. horas y HORAS, 1995
- SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: Território e Sociedade no Início Do Século 21 – A História de Um Livro*. **ACTA Geográfica**, Ed. Esp. Cidades na Amazônia Brasileira, 2011. pp.151-163.
- SOLÓN, Pablo. *Alternativas sistêmicas: Bem-Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização/* organização de Pablo Solón; tradução de João Perez – São Paulo: Elefante, 2019.
- STAVENHAGEN, Rodolfo. *Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista*. **Anuário Antropológico** 84. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 13-56, 1985.